

Indicativo de

GREVE

TRABALHADORES DA ELETROSUL AVALIAM PLR E REJEITAM PROPOSTA DA ELETROBRAS PARA ACT2016/2017

Os sindicatos que compõem a Intersul, assim como o Coletivo Nacional dos Eletricitários estão realizando assembleias na semana de 13 a 17 de junho. As assembleias estão informando sobre a negociação da PLR2015 e deliberando sobre a proposta da Eletrobras para o ACT2016/2017, temas da segunda rodada de negociações do ACT nacional ocorrida dia 08/06/2016 entre a Eletrobras e o CNE. Os sindicatos informaram aos trabalhadores que a apresentação sobre PLR feita pela Eletrobras foi imediatamente rechaçada pelo CNE por que desconsiderou toda discussão acumulada até então pela comissão paritária composta pela empresa e pelos sindicatos, que vem discutindo as premissas da PLR desde o ano passado. Para o CNE, o modelo proposto pela empresa também não atende ao disposto na ATA do TST em processo de mediação ocorrido na negociação da PLR do ano anterior. Diante disso o CNE solicitou a Eletrobras:

- **Considerar as premissas contidas no memorial das reuniões da Comissão Paritária;**
- **Substituir o indicador EBTIDA utilizado pelo EBTIDA ajustado;**
- **Excluir o limitador de pagamento atrelado à distribuição de dividendos;**
- **Considerar o indicador índice Bovespa (ambiental);**
- **Substituir as metas de CMDE das distribuidoras que não foram pactuadas por metas efetivamente pactuadas;**

Com relação ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2016/2017, a Eletrobras apresentou proposta de alterar a data-base para outubro, além de validar o ACT para 24 meses (dois anos), oferecendo apenas a reposição de 5%, retroativo a maio de 2016, a ser paga na folha referente a junho. O que faltasse do IPCA de maio (do total 9,28%) seria repostado, retroativo a este mês, somente em outubro, na nova data-base, bem como se discutiria o que fazer com o índice dos meses posteriores, de maio a setembro. Esses índices de correção também se aplicariam aos benefícios. As condições de alteração da data base seriam estabelecidas em termo aditivo a ser firmado entre as partes. Uma nova reunião de negociação foi marcada entre a Eletrobras e o CNE para o dia 22/06/2016.

Na maioria das assembleias já realizadas nas bases da Eletrosul, os trabalhadores se mostraram insatisfeitos com a proposta de ACT 2016/2017 apresentada pela Eletrobras. Além de rejeitar as bases do acordo proposto, os trabalhadores estão aprovando um indicativo de greve caso a reunião de negociação do dia 22 não apresente avanços. Apesar da mudança de data-base constar na pauta de reivindicações da categoria, os trabalhadores não concordam em abrir mão da reposição salarial em maio, referente ao período já transcorrido da data base atual. O indicativo de greve ou paralisação de 72 horas, a partir do dia 27/06/2016, será levado ao CNE pelos representantes da Intersul naquele coletivo. Algumas publicações e informativos sindicais dão conta de que várias assembleias já realizadas em diversas bases de outras empresas como Eletrobras, Eletronuclear, Distribuição Roraima, Furnas, Cepel, também rejeitaram a proposta, o que na visão dos dirigentes da Intersul, evidencia a necessidade do CNE voltar a pressionar a Eletrobras para melhorar a proposta de ACT dentro de parâmetros que tragam maior segurança para o fechamento de acordo.

Para a Intersul, a conjuntura política neste momento pede união dos trabalhadores contra retrocessos no campo trabalhista e pela defesa das empresas públicas. O modelo de privatizações que está inserido dentro da Medida Provisória nº 727, assinada pelo presidente interino Michel Temer em maio, criou o Programa de Parcerias de Investimentos, que propõe aumentar as concessões e privatizações de empreendimentos públicos de infraestrutura. O momento é de mobilizar a os trabalhadores na defesa dos empregos com qualidade, salários dignos e fortalecimento das empresas públicas em favor da sociedade.



"Na maioria das assembleias já realizadas nas bases da Eletrosul, os trabalhadores se mostraram insatisfeitos com a proposta de ACT 2016/2017 apresentada pela Eletrobras. Além de rejeitar as bases do acordo proposto, os trabalhadores estão aprovando um indicativo de greve caso a reunião de negociação do dia 22 não apresente avanços. Apesar da mudança de data-base constar na pauta de reivindicações da categoria, os trabalhadores não concordam em abrir mão da reposição salarial em maio, referente ao período já transcorrido da data base atual. O indicativo de greve a partir do dia 27/06/2016 será levado ao CNE pelos representantes da Intersul naquele coletivo"



CELESC QUER CORTAR BENEFÍCIO DE 40 ANOS EM LAGES

Empresa tenta cortar transporte de trabalhadores, que é concedido ininterruptamente há mais de 40 anos

O transporte dos celesquianos que trabalham na subestação de Lages é mantido pela empresa há vários anos. Resultado de antigos acordos coletivos, o benefício tem sido alvo de intensa disputa judicial. Uma vez que a Celesc tenta de todas as formas, unilateralmente suprimir esse direito, esquecendo-se da habitualidade com que é prestado esse benefício para os empregados. Concedido há mais de 40 anos ininterruptamente, para todos os empregados da regional, o benefício é novamente alvo de ação na justiça. O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Lages e Região (Stieel) entrou novamente com ação judicial para garantir a manutenção do transporte dos trabalhadores, depois que

a empresa, em reunião de uma comissão montada para debater o caso, apresentou a intenção (por determinação da Diretoria) de cancelar o benefício no fim do mês de julho.

Em 2000 a Celesc já tentou cancelar o benefício, perdendo a ação judicial e sendo obrigada a manter o transporte aos trabalhadores. Agora, um "novo entendimento" da empresa considera que apenas os trabalhadores que estavam naquela ação tem direito, tentando justificar, assim, o cancelamento do transporte. A Celesc chegou a entrar novamente com ação pedindo uma liminar para não arcar com sua responsabilidade, o que foi negado. Para piorar, a comissão montada na regional de Lages pediu esclarecimentos oficiais da

empresa sobre o contrato efetuado através de licitação, que se recusa a prestá-los, tratando a situação como se fosse um segredo de estado.

Os sindicatos que compõem a Intercel lamentam profundamente a postura da empresa, que não só desrespeitou a Comissão montada para debater o assunto, entrando intransigentemente na justiça, mas que desrespeita os trabalhadores tentando cancelar um benefício de mais de 40 anos. Atacar um direito dos trabalhadores com subterfúgios e entendimentos escusos é desrespeitar toda a história dos trabalhadores que lutaram para construir a empresa.

O Stieel continuará com a demanda judicial para garantir o direito dos trabalhadores.

TRABALHADORES ESCOLHEM REPRESENTANTES NA ELOS

Chapas apoiadas pela Intersul foram eleitas

Ocorreram entre os dias 23/05 e 03/06 as eleições da Fundação ELOS, cuja apuração dos votos se deu no dia 10/06. Os participantes ativos e aposentados escolheram seus representantes na Governança Corporativa da Fundação elegendo um membro da Diretoria Executiva (Diretor de Segurança), dois membros do Conselho Fiscal, três membros do Conselho Deliberativo, e dois membros do Comitê de Investimentos. Os sindicatos que compõem a Intersul apoiaram as candidaturas de duas chapas com titular e suplente ao Conselho Deliberativo. Ambas as chapas apoiadas pelos sindicatos obtiveram êxito na eleição, com cerca de 54% dos votos válidos. A Chapa 1 (Wanderlei e Carminatti) eleita para o Conselho Deliberativo como representante do Plano BD-ELOS/Eletrosul e a Chapa 1 (Mauro

e Julio) também eleita no Conselho Deliberativo representando os participantes do PlanoBD-ELOS/Tractebel. O resultado de eleição em todos os cargos está disponível no site da Fundação Elos, no entanto a homologação dos resultados só se dará no dia 20 deste mês, após o período de recursos. A Intersul parabeniza todos os novos membros da Governança da Elos, na expectativa de que a escolha dos representantes pelos próprios participantes possa contribuir para o aperfeiçoamento da gestão da Fundação Elos. Parabeniza ainda, em especial, os trabalhadores ativos e aposentados que participaram deste importante processo, destacando a importância de eleger representantes vinculados às organizações de luta e defesa do interesse dos trabalhadores e dos participantes dos fundos de pensão.

"MUSA" DA PRIVATÁRIA PODE VOLTAR PARA VENDER ELETROBRAS

Elena Landau, é cotada para assumir presidência da Eletrobras

Cada vez mais o Governo Interino do país dá mostras de retrocesso e ataque à classe trabalhadora. Segundo informações do jornalista Ancelmo Gois (O Globo), Elena Landau é cotada para assumir a presidência da Eletrobras e tocar, novamente, o processo de privatização do setor elétrico nacional. Landau foi responsável pelo Plano Nacional de Desestatização (PND), ou seja, pelas privatizações do Governo FHC.

O Ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho declarou que o governo prepara um plano de venda de ativos da Eletrobras, começando pelas distribuidoras e fatias minoritárias em usinas e linhas de energia. Apesar de ter negado que exista um plano para

vender as maiores subsidiárias da estatal (Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul), o ministro afirmou que o governo irá "redefinir o papel e o tamanho da empresa.

Com a clara diretriz do Governo Interino de vender o patrimônio público com a maior brevidade possível, a simples especulação pelo retorno de Landau é uma afronta aos trabalhadores e um recado de que os tempos ruins estão de volta. Os trabalhadores das empresas do Sistema Eletrobras, assim como todos os eletricitários do país precisam estar unidos e mobilizados para defender o patrimônio público e o setor elétrico nacional, motor do desenvolvimento brasileiro. Vamos todos juntos contra as privatizações!

LINHA VIVA

Especial

Na última semana foi publicada uma edição especial do Linha Viva, com um amplo "diagnóstico" das Agências Regionais e Administração Central da Celesc. Com base em relatos dos trabalhadores o jornal é um retrato da Celesc na visão daqueles que a constroem no dia a dia.

Alguns pontos, porém, necessitam de esclarecimentos, que seguem abaixo.

INSEGURANÇA NOS MATERIAIS

No diagnóstico da Regional de Criciúma os trabalhadores relataram que o cinto de segurança havia vendido a validade e não havia sido substituído pela empresa. A equipe do LV recebeu o contato dos técnicos de Segurança de Criciúma e Jaraguá do Sul, além da DVSS, para esclarecer o fato. Segundo relato enviado pela DVSS, apesar das empresas que vendem cintos de segurança darem, em média, uma "garantia" de uso de 5 anos, a Celesc contactou o fornecedor para efetuar um teste de desempenho dos cintos. Foram recolhidos aproximadamente 15 cintos para o teste de resistência junto ao laboratório do fornecedor (certificado Inmetro), que emitiu um laudo técnico e estendeu a garantia para seus produtos para 8 anos. Desta forma os cintos fabricados em 2008 tem garantia certificada pelo fabricante até o final de 2016.

SUCATEAMENTO PARA ATENDENTES E ELETRICISTAS

No diagnóstico da Regional de Lages, os trabalhadores da Loja de Atendimento solicitaram que fosse feito um esclarecimento sobre a questão das câmeras de segurança. De acordo com os celesquianos, o relato dado à equipe do Linha Viva tinha como objetivo sugerir que o monitoramento das câmeras não ficasse à cargo da chefia, afinal de contas, este serviço deveria ser feito por profissionais de vigilância, para efetivamente resguardar a integridade dos trabalhadores. Ainda, segundo os trabalhadores há bom relacionamento com a chefia e, da forma que foi publicada, a crítica aponta para um problema de relacionamento que não existe.

ERRATA

Na pg. 2, relembro a percorrida do conselheiro e as metas da concessão, o trabalhador Mozer André Oliveira identificou um erro na conta da meta financeira de 2019. O cálculo correto é:

$$\frac{\text{DÍVIDA LÍQUIDA}}{\text{EBITDA - QRR}} \leq \frac{1}{80\% \text{ Selic}}$$



LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
 Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)
 Conselho Editorial: Patrícia Mendes
 Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC CEP 89216-000 (047) 3028-2161
 E-mail: sindsc@terra.com.br
 As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

O melhor para Santa Catarina é a CELESC PÚBLICA

Vice-Governador defende empresa em reunião com Intercel

Após cobrar do Governador do Estado, Raimundo Colombo (PSD), uma postura firme na defesa da Celesc Pública, a Intercel, em conjunto com o representante dos empregados no Conselho de Administração da Celesc, procurou a outra ala política que compõe o Governo do Estado, para dar continuidade à luta pela manutenção do patrimônio público do estado de Santa Catarina.

Em reunião com o Vice-Governador, Eduardo Pinho Moreira (PMDB), realizada na sede da Celesc, em Florianópolis na última terça-feira, dia 14, dirigentes sindicais dos sindicatos da Intercel apresentaram as preocupações com o momento político atual e a retomada das privatizações no país. A renegociação da dívida dos estados com a união, que é novamente a forma que o Governo Federal tem utilizado para conseguir privatizar empresas públicas foi debatida. Segundo Pinho Moreira, o

Governo do Estado não encaminhará nenhum tipo de privatização da Celesc, uma vez que a empresa tem sido um importante modelo para o setor elétrico nacional. Além disso, após sugestão dos dirigentes sindicais, o vice-governador demonstrou disposição para levar aos deputados federais e senadores catarinenses o debate para um posicionamento mais proativo na defesa da Celesc Pública e na construção de um diálogo com a Aneel para melhores condições para alcance das metas da concessão. O debate sobre a empresa no Fórum Parlamentar Catarinense foi um dos compromissos assumidos por Pinho Moreira, buscando unidade entre a classe política catarinense na defesa da Celesc.

Os sindicatos da Intercel continuarão na busca pelo apoio dos políticos do estado para a manutenção da Celesc Pública e para conseguir alcançar as metas da concessão.

"Após sugestão dos dirigentes sindicais, o vice-governador demonstrou disposição para levar aos deputados federais e senadores catarinenses o debate para um posicionamento mais proativo na defesa da Celesc Pública e na construção de um diálogo com a Aneel para melhores condições para alcance das metas da concessão"



Na defesa dos serviços

PÚBLICOS



COORDENADORA DA ACD PARTICIPA DE CRIAÇÃO DO FÓRUM SUL DE DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Por Ana Carolina Madeira, de Florianópolis

O lançamento do Fórum Sul em Defesa dos Serviços Públicos, ocorrido nesta segunda-feira (13) foi mais um evento na capital catarinense que debateu o tema da dívida pública e seus meandros. Dessa vez, com o enfoque no serviço público e o debate de conjuntura. A auditora fiscal aposentada e coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli foi uma das convidadas para participar da atividade, que aconteceu, na sede do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual - Sintespe, em Florianópolis/SC.

Fattorelli, que também participou da auditoria da dívida do Equador e da Grécia, explicou o chamado Paradoxo Brasil, onde a realidade é de abundância e o cenário é de escassez. Acrescentou que um dos objetivos da ACD é desmistificar dívida pública. Comentou que geralmente as pessoas entendem dívida como questão moral, "dizem até honrar a dívida, não questionam. Acreditam apenas que tem que pagar". Porém alerta que a dívida cresce por ela mesma, sem contrapartida, com indícios de ilegalidades.

O Sistema da Dívida está acima dos partidos e governos, é suprana-

"O maior processo de corrupção institucionalizado é o Sistema da Dívida. Essa é a oportunidade de unificar as organizações em torno de uma pauta comum, com a vinda da Maria Lucia Fattorelli. As entidades precisam se unir para lutar pelos motivos maiores, mais nobres. Precisamos unificar as ideias e caminhar juntos", orienta Veras.

"O maior processo de corrupção institucionalizado é o Sistema da Dívida. Essa é a oportunidade de unificar as organizações em torno de uma pauta comum, com a vinda da Maria Lucia Fattorelli. As entidades precisam se unir para lutar pelos motivos maiores, mais nobres. Precisamos unificar as ideias e caminhar juntos", orienta Veras.

cional. "Dívida pública não é comum; é com 'swap' cambial, é ressuscitação de sobras de bancos, é assumir dívida privada. Nossa persistência é de 16 anos. A questão é revolucionária, sem sangue! É revolução de consciência. Eles fazem as coisas parecerem complicadas, mas são apenas repletas de macetes", afirma.

"A auditoria que queremos fazer não é burocrática, vai além de saber os valores apenas", declara. A coordenadora nacional da ACD afirmou que o ataque à previdência acontece justamente porque a seguridade social é superavitária, tem muito recurso. O coordenador-geral do Sindprevs e do Núcleo Catarinense da Auditoria da Dívida, Luciano Wolfenbüttel Veras, salientou que o Fórum foi o primeiro a falar dos perigos do PLP 257/2016 e provocou a curiosidade das demais entidades em Santa Catarina.

